

Companhia Energética Sinop S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021**

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Conteúdo

Relatório da administração da Companhia	3
Relatório dos auditores independentes sobre às demonstrações financeiras	17
Balancos patrimoniais	22
Demonstrações de resultados	23
Demonstrações de resultados abrangentes	24
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	25
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	26
Demonstrações do valor adicionado	27
Notas explicativas às demonstrações financeiras	28

Relatório da Administração

Exercício de 2021

Divulgado em 09 de fevereiro de 2022, em R\$ mil

Índice

Introdução.....	5
Destaques do Exercício de 2021.....	5
Indicadores Econômico-financeiros.....	8
Sobre a Sinop Energia	8
Desempenho Econômico-Financeiro.....	10
Implantação do Empreendimento e Ações Socioambientais	13
Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes.....	13
Declarações da Diretoria.....	14
Agradecimentos.....	14

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09 para o Relatório da Administração, a Companhia também disponibiliza as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o exercício de 2021 e 2020, exceto quando informado diferentemente. Adicionalmente, as informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares, ou, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Destaques do Exercício

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado no exercício somou 1.940.515 MWh, sendo 1.890.408 MWh no ACR e 50.107 MWh no ACL, (1.945.831 MWh, sendo 1.895.587 MWh no ACR e 50.244 MWh no ACL, em 2020).
- **Resultado Operacional:** A Companhia apresentou EBITDA no montante de R\$ 112.289 (R\$ 130.953, em 2020). O decréscimo no EBITDA ocorreu em virtude do aumento de compras de energia elétrica no exercício, realizadas para atendimento dos contratos de ACR e ACL, devido ao Índice de Disponibilidade (“ID”) da Companhia e Generation Scaling Factor (“GSF”). Sendo o ID relacionado com as paradas para as obras envolvendo a parede anti-refluxo, em 2020, e o GSF reflexo das variações hídricas.
- **Investimentos capex:** A Companhia adicionou em seus ativos imobilizados o montante de R\$ 24.170 (R\$ 60.075, em 2020), dos quais, R\$ 6.092 são provisões adicionadas referentes ao Programa “Projeto Peixes” a serem realizados até o ano de 2023.
- **Operação Comercial:** Após evento de perecimento de peixes em agosto de 2020, e a parada para obras na parede anti-refluxo, o retorno operacional das Unidades Geradoras da UHE Sinop ocorreu no início de janeiro de 2021, amparada por decisão judicial. Entre os meses de agosto e outubro de 2021 foram realizadas as atividades relacionadas à Parada Programada de Manutenção, referente às 8.000h de funcionamento das Unidades Geradoras.

- **Assembleia Geral de Debenturistas:** realizada, em 11 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), com a aprovação integral das deliberações propostas pela Companhia: aprovação da não declaração do vencimento antecipado da Emissão em razão do não envio, pela Companhia ao Agente Fiduciário, do 3º Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária, devidamente registrado no Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro - RJ, Brasília - DF, Osasco - SP e Sinop – MT, no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua celebração, conforme Cláusula Terceira do referido aditivo, bem como a concessão do prazo adicional de 60 (sessenta) dias contados da presente data para o envio do referido aditivo, devidamente registrado nos Registros de Títulos e Documentos acima mencionados ao Agente Fiduciário.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** realizada, em 20 de abril de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Emmanuel Charles Delfosse, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, representante da acionista EDF-NF.
- **Assembleia Geral Ordinária:** realizada, em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária (AGO), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) Aprovar a proposta da administração para destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) Aprovar a fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia (membros do Conselho de Administração e Diretores) e dos membros do Conselho Fiscal para o período entre 1º de março de 2021 e 28 de fevereiro de 2022, no montante de até R\$ 2.222.548,00 (dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais); (iv) Aprovar a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como seus respectivos suplentes, com mandato de 1 (um) ano contado da data da AGO.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** realizada, em 20 de outubro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), com a deliberação e aprovação sobre a seguinte Ordem do Dia:

(i) Aprovar a fixação de regras sobre distribuição de resultados da Companhia, incluindo a distribuição de dividendo mínimo obrigatório, com a consequente alteração do atual art. 38 do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados na forma e na ordem previstas pela legislação.

§ 1º - A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos em lei, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório.

§ 2º – Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos fixados pela Assembleia Geral ou previstos em lei e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, conforme

previsto em lei, reverterão em favor da Companhia, sendo convertidos em reserva de capital.”

(ii) Consignar que a alteração ora aprovada tem o objetivo de complementar e aprimorar a redação do dispositivo com vistas a prever, em conformidade com a Lei das S.A., as regras aplicáveis à distribuição de resultados, esclarecendo o regramento aplicável à distribuição do dividendo mínimo obrigatório. Sobre o dividendo mínimo obrigatório, a regra ora aprovada encontra-se em linha com a Lei das S.A. e obedece ao disposto no Inciso XLVI da Cláusula Décima Segunda do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 16.2.0270.1 celebrado em 11 de agosto de 2016 entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

- **Assembleia Geral Extraordinária:** realizada, em 30 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Antônio Augusto Bechara Pardaul, como membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, representante da acionista Eletronorte.
- **Adesão ao *Standstill* BNDES:** no dia 11 de novembro de 2021, a Companhia recebeu a Carta AE/DEENE1 nº 093/2021 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a qual autorizou a suspensão temporária (*standstill*) de 15 de dezembro de 2021 até 15 de junho de 2022 dos pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 16.2.0270.1, firmado entre a Companhia e o BNDES.
- **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC:** No dia 25 de outubro de 2021, foi assinado o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC (Processo n. 410675/2021) entre a Companhia Energética Sinop e o Estado de Mato Grosso, representado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT) e Procuradoria Geral do Estado (PGE). De acordo com as condições do TAC, a SEMA/MT assumiu a obrigação de emitir, por meio do setor técnico responsável, Pareceres Técnicos, opinando acerca: (i) do cumprimento das condicionantes e medidas restritivas para a operação comercial da UHE Sinop anteriormente impostos pela mesma agência reguladora e (ii) da possibilidade de revogação dos termos do Ofício no 157204/CLEIA/SUMIS/2020. Considerando a espontânea manifestação por parte da Companhia em celebrar o TAC, a Sinop Energia se obriga a realizar investimentos no montante total de R\$ 10.695 destinados para a contratação de prestação de serviços, projeto e execução de obras e engenharia e aquisições de equipamentos que serão integralmente doados à SEMA/MT.
- **Aspectos relacionados ao COVID 19:** A Companhia destinará aproximadamente R\$ 3.119 em projetos associados ao combate e prevenção contra esta pandemia, oriundos dos recursos do BNDES aprovados em 13 de abril de 2020, dos quais já foram realizados R\$ 2.947, até 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.001, em 2020). Após a campanha de vacinação de 100% (cem por cento) dos colaboradores próprios e terceirizados, no início do terceiro trimestre, a Companhia retornou com suas atividades totalmente presenciais, tomando as devidas medidas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais, além de realizar os acompanhamentos periódicos dos colaboradores e prestadores terceirizados, por meio de testes rápidos.

- **Barreira Elétrica para Repulsão de Peixes:** Em cumprimento ao acordo estabelecido na Ação Civil Pública, Processo nº 1000543-12.2019.4.01.3603 Juízo da Primeira Vara Federal – Subseção Judiciária de Sinop/MT, foi implantada a Barreira Elétrica para Repulsão de Peixes, como medida mitigatória para proteção a ictiofauna em jusante. Tal dispositivo foi implantado em fevereiro de 2021, iniciando seu funcionamento em 17 de fevereiro de 2021, tendo sido realizadas manutenções sucessivas no decorrer de maio de 2021 e uma revisão geral das estruturas e dos componentes elétricos no decorrer setembro de 2021, estando tal dispositivo em operação plena. Valores realizados em 2021 R\$ 5.407 (R\$ 1.297, em 2020).
- **Estações Telemétricas para Mensuração da Qualidade da Água em Tempo Real:** No período entre 20 de julho de 2021 e 24 de julho de 2021, foram concluídas as instalações de todas as Estações Telemétricas de sondas para mensuração da qualidade da água em tempo real. Foram instaladas três estações em jusante (S1, S3 e S4) com sondas em superfície, meio e fundo na coluna d'água e, três estações em montante, sendo a estação S2 com sondas em superfície, meio e fundo na coluna d'água e, estação S4 e S5 (Rio Roquete e Córrego Loanda) com sondas em superfície. No decorrer da instalação das sondas em jusante, problemas de alto fluxo e turbulência excessiva não permitiram a instalação integral da Estação S3, ficando apenas com a sonda de superfície. Assim, foi realizada a transferência da estrutura da Estação S3, em 27 de agosto de 2021, para a parede do Sistema Misto de Transposição de Peixes, à margem direita, em jusante, onde a estrutura completa fixada em tubulação específica, com 3 sondas, superfície, meio e fundo, passaram a operar e transmitir os dados da qualidade de água em tempo real. Da mesma forma a Estação S1 foi transferida devido às turbulências do fluxo de vertimento saindo da bacia de dissipação, provocando o arraste da estação flutuante para jusante com riscos de avarias. Assim, em 20 de outubro de 2021, foi transferida a estrutura da Estação S3 e fixada em tubulação específica no lado externo, na parede esquerda da bacia de dissipação, continuando a operar regularmente com mensuração em superfície, meio e fundo da coluna d'água. Valores realizados em de 2021 R\$ 2.087 (R\$ 505, em 2020).

Composição da Administração em 31 de dezembro de 2021

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Antônio Augusto Bechara Pardauil <i>Presidente do Conselho de Administração</i>	Gilberto Tannús Elias <i>Membro Suplente</i>
Adriano Soares da Costa <i>Membro Efetivo</i>	Edinaldo Pereira de Lima <i>Membro Suplente</i>
Emmanuel Charles Delfosse <i>Membro Efetivo</i>	Ricardo Barsotti <i>Membro Suplente</i>
Thierry Marc Rene Caillaud <i>Membro Efetivo</i>	Mariano Javier Gaio <i>Membro Suplente</i>

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Sérgio Carvalho Aguiar <i>Presidente do Conselho Fiscal</i>	Carlos Alberto Rizzo Hoeller <i>Membro Suplente</i>
Gustavo Loureiro Chagas <i>Membro Efetivo</i>	Hugo Leonardo da Silva <i>Membro Suplente</i>
Jenner Guimarães do Rêgo <i>Membro Efetivo</i>	Danielle Jar Almeida de Brito <i>Membro Suplente</i>

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária	Cargo
Ricardo Murilo Padilha de Araújo	Diretor Presidente / Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários
Vera Lúcia Rett Carreira	Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores
Alessandro Camilo da Silva	Contador – CRCMT 005078

Indicadores Econômico-financeiros – (12 meses)

Principais indicadores econômico-financeiros	Unidade	Variação			
		2021	2020	Absoluta	Em %
Energia Comercializada (ACR)	MWh	1.890.407	1.895.587	(5.180)	(0,3%)
Energia Comercializada (ACL)	MWh	50.107	50.244	(137)	(0,3%)
Receita líquida com venda de energia elétrica	R\$, mil	279.204	269.534	9.670	3,6%
Margem bruta (Prejuízo) Lucro líquido do exercício	%	11,6%	17,7%	(6,1p.p.)	(34,6%)
Margem líquida	R\$, mil	(142.665)	105.647	(248.312)	(235,0%)
	%	(51,1%)	39,2%	(90,3p.p.)	(230,4%)
		2021	2020		
Investimentos (capex)	R\$, mil	33.991	76.391	(42.400)	(55,5%)
<u>Endividamento</u>	R\$, mil	<u>1.405.962</u>	<u>1.400.708</u>	<u>5.254</u>	<u>0,4%</u>
BNDES	R\$, mil	1.117.858	1.138.514	(20.656)	(1,8%)
Debêntures	R\$, mil	284.104	262.194	25.910	9,9%
Dívida líquida ¹	R\$, mil	1.284.171	1.230.907	53.264	4,3%
Índice de capital próprio (ICP) ²	%	48,2%	50,9%	2,7p.p.	(5,3%)
Índice de liquidez corrente (ILC) ³	índice	2,1	2,8	(0,8)	(26,9%)
Número de empregados próprios ⁴	Quantidade	42	47	(5)	(10,6%)
(Prejuízo) Lucro líquido por ação	R\$	(0,06386)	0,04729	(0,11115)	(235,0%)
Quantidade de ações ⁵	mil	2.234.136	2.234.136	-	-

1. A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e equivalentes e Aplicações financeiras com resgate imediato.
2. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total
3. Índice de liquidez corrente (ILC): Ativo circulante / Passivo circulante
4. Posição no final do exercício
5. Média ponderada de ações ordinárias.

Sobre a Sinop Energia

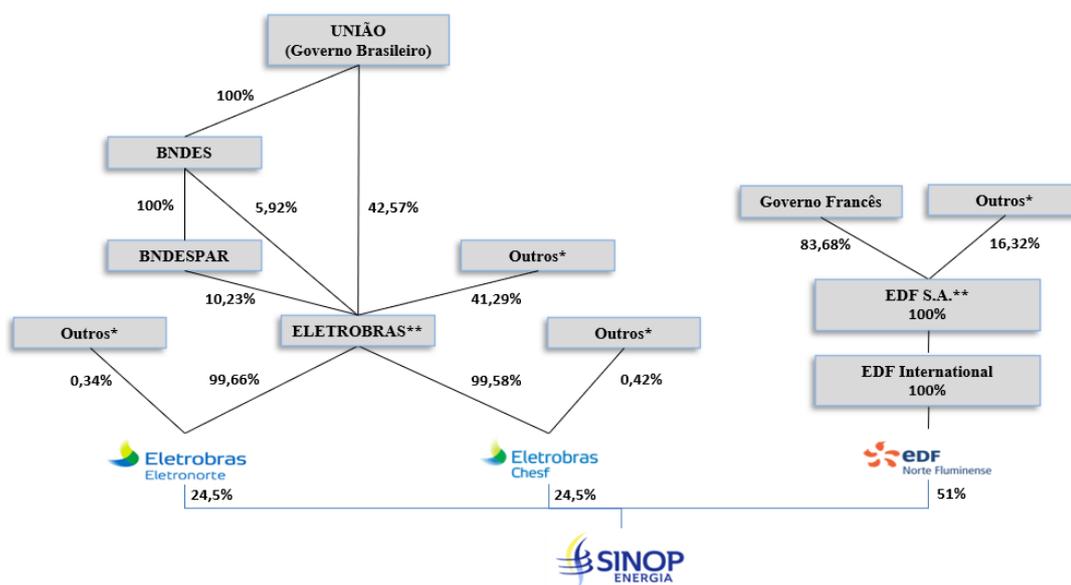
Perfil Corporativo

Constituída em 2013, a Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social único, sendo a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (“EDFNF”) - membro do Grupo Electricité de France - EDF, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“ELETRONORTE”), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (“CHESF”), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras”).

Estrutura Societária da Sinop Energia

(em 31 de dezembro de 2021)



*Não há acionistas com 10% ou mais de participação.

** Listada em bolsa de valores.

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu o Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atende ao consumo de 1,6 milhão de pessoas, equivalente a 50% da população do estado de Mato Grosso.

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop é comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada:

Destinação da Energia Gerada pela UHE Sinop

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MW médios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) <i>Contraparte: 34 Clientes Terceiros</i>	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: CHESF (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: ELETRONORTE (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	21,28

Valores Mobiliários da Companhia

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e trinta e seis mil) ações ordinárias nominativas (“Ações ON”) sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 18.

Desempenho Econômico-Financeiro

EBITDA¹

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou o EBITDA de R\$ 112.289 (R\$ 130.953, em 2020).

O quadro abaixo, apresenta a conciliação entre o lucro no exercício e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro líquido no exercício	(142.665)	105.647
Imposto de renda e contribuição social diferido	(64.469)	54.525
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	130.659	116.997
Depreciação e amortização	92.288	96.624

¹ O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

(Reversão) provisões para redução ao valor recuperável - *Impairment* – Nota explicativa 11.a

	96.476	(242.540)
EBITDA	112.289	130.953
Receita operacional líquida	279.204	269.534
Margem EBITDA Ajustado (%)	40,2%	47,5%

Custos com geração de energia elétrica

Os custos com geração de energia elétrica apresentaram um aumento de 11,2% no exercício de 2021 comparados com o exercício anterior.

Na rubrica “Energia elétrica comprada para revenda” apresentou um aumento de 32% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado com o exercício anterior, referente a aquisição(i) de 277.609 Mwh ao preço unitário médio de R\$ 291,92 (191.438 Mwh ao preço unitário médio de R\$ 335,13, em 2020).

- (i) A Companhia está comprando energia elétrica pelos motivos de: (a) Degradação do Fator de Disponibilidade (FID), devido as paradas de máquinas ocorridas em 2020; e (b) Redução do valor do GSF, devido as variações/restrições hidrológicas no país.

Se desconsiderarmos a rubrica “Energia elétrica comprada para revenda”, em 2021 e 2020, o aumento representa 7,1%, com o maior impacto percentual no grupo de contas de serviços de terceiros (a).

	2021	2020	Var %
Depreciações e amortizações	(92.034)	(96.001)	(4,1%)
Energia elétrica comprada para revenda	(49.202)	(37.282)	32,0%
Encargos de uso do sistema de transmissão – EUST	(44.191)	(40.429)	9,3%
Serviços de terceiros (a)	(26.182)	(15.517)	68,7%
Seguro de risco hidrológico	(24.386)	(23.411)	4,2%
Pessoal, encargos e benefícios (b)	(6.398)	(5.844)	9,5%
Outros	(2.687)	(1.920)	39,9%
Materiais	(1.789)	(1.495)	19,7%
Passagens e hospedagens	(1)	(9)	(88,9%)
Total	(246.870)	(221.908)	11,2%

Serviços de terceiros (a)

Os custos com os serviços de terceiros apresentaram um aumento de 68,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparados com o exercício anterior, representados significativamente em percentual pelas rubricas “Assessoria e consultoria de O&M”, “Programas ambientais - Opex”.

Na rubrica de “Assessoria e consultoria de O&M” fora contabilizado R\$ 6.454 referente a representação de contencioso judicial.

Na rubrica de “Programas ambientais – OPEX”, fora reconhecido os gastos com STP (Sistema de Transposição de Peixes) demandadas pela SEMA a partir de janeiro de 2021.

A rubrica “Compartilhamento de infraestrutura” a partir de janeiro de 2021, fora transferida para a rubrica “Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST”.

	2021	2020	Var %
Assessoria e consultoria de O&M	(18.076)	(9.928)	82,1%
Programas ambientais – OPEX	(5.725)	(3.595)	59,2%
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(1.078)	(671)	60,7%
Monitoramento e vigilância	(1.045)	(699)	49,5%
Transportes	(132)	(140)	(5,7%)
Outros	(126)	(26)	384,6%
Compartilhamento de infraestrutura	-	(458)	(100,0%)
Total	(26.182)	(15.517)	68,7%

Custos com pessoal, encargos e benefícios (b)

Os custos com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram um aumento de 9,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparados com o exercício anterior. O número de funcionários em 2021 foi de 18, comparados com 07 funcionários na mesma data do exercício anterior. A variação apresentada entre os períodos é explicada pela realocação de 11 (onze) funcionários das áreas de Engenharia, Meio Ambiente e Fundiário alocados como Capex em 2020, e transferidos para a área de Operações/Opex em 2021, em virtude do término das obras no empreendimento.

A variação da rubrica de “Encargos trabalhistas” são impactos dos encargos sobre rescisões durante o exercício de 2021.

	2021	2020	Var %
Remuneração de empregados	(3.349)	(4.102)	(18,4%)
Encargos trabalhistas	(2.251)	(1.471)	53,0%
Benefícios a empregados	(798)	(271)	194,5%
Total	(6.398)	(5.844)	9,5%

Despesas gerais e administrativas

Os gastos deste grupo de contas apresentaram uma redução de 18,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparados com o exercício anterior, representadas principalmente pelas rubricas de “Litígios trabalhistas e cíveis”, “Arrendamentos e aluguéis” e “Serviços de terceiros”.

	2021	2020	Var %
Pessoal, encargos e benefícios (c)	(6.102)	(6.433)	(5,1%)
Serviços de terceiros (d)	(5.447)	(6.443)	(15,5%)
Outros	(512)	(731)	(30,0%)
Arrendamentos e aluguéis	(358)	(748)	(52,1%)
Depreciações e amortizações	(254)	(623)	(59,2%)
Materiais	(204)	(164)	24,4%
Passagens e hospedagens	(129)	(123)	4,9%
Litígios trabalhistas e cíveis	488	(168)	(390,5%)
Total	(12.518)	(15.433)	(18,9%)

Despesas com pessoal, encargos e benefícios (c)

As despesas com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram uma redução de 5,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparadas com o exercício anterior; o número de funcionários em 2021 foi de 16, comparado com 14 funcionários na mesma data do ano anterior. No decorrer do exercício de 2021, esse número aumenta devido a realocação de 02 (dois) funcionários que eram das áreas de Comunicação Social e Meio Ambiente / Capex e foram transferidos para a área Administrativa / Opex, em função do término das obras no empreendimento.

	2021	2020	Var %
Remuneração de empregados	(2.887)	(2.775)	4,0%
Encargos trabalhistas	(1.697)	(1.896)	(10,5%)
Benefícios a empregados	(1.518)	(1.762)	(13,8%)
Total	(6.102)	(6.433)	(5,1%)

Serviços de terceiros administrativos e gerais (d)

Os gastos deste grupo de contas apresentaram redução de 15,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparadas com o exercício anterior, representados significativamente pelas rubricas “Consultorias, honorários advocatícios e contábeis”, “Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP” e “Outros”, respectivamente.

	2021	2020	Var %
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(4.400)	(5.054)	(12,9%)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(419)	(531)	(21,1%)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(234)	(298)	(21,5%)
Monitoramento e vigilância	(184)	(223)	(17,5%)
Outros	(174)	(282)	(38,3%)
Transportes	(36)	(55)	(34,5%)
Total	(5.447)	(6.443)	(15,5%)

Endividamento Líquido e Indicadores de Alavancagem e Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez no exercício.

	2021	2020
Financiamento BNDES¹	1.117.858	1.138.514
Circulante	17.620	33.136
Não Circulante	1.100.238	1.105.378
Debêntures¹	288.104	262.194
Circulante	28.706	3.540
Não Circulante	259.398	258.654
Endividamento bruto	1.405.962	1.400.708
(-) Caixa e equivalentes de caixa ²	121.791	169.801
Endividamento líquido	1.284.171	1.230.907
Patrimônio líquido	1.437.055	1.579.720
Grau de alavancagem³	47,2%	43,8%
Patrimônio líquido	1.437.055	1.579.720
Ativo total	2.978.402	3.101.863
Índice de capital próprio⁴	0,482	0,509
Ativo circulante	192.906	241.595
Passivo circulante	93.089	85.202
Índice de liquidez corrente⁵	2,1	2,8

- 1) O valor apresentado acima e no balanço patrimonial foi contabilizado de acordo com CPC 20.
- 2) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.
- 3) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)
- 4) Patrimônio líquido / Ativo total
- 5) Ativo circulante / Passivo circulante

Implantação do Empreendimento e Ações Socioambientais

A UHE Sinop permaneceu o período de referência em pleno funcionamento, desde a retomada da operação em 05 de janeiro de 2021, após decisão judicial que deferiu a concessão de efeitos suspensivos ao agravo de instrumento impetrado pela Companhia, até a reapreciação do provimento jurisdicional de urgência, autorizando a retomada das operações da UHE Sinop em caráter liminar.

No período, entre os meses de agosto e outubro de 2021 foram realizadas as atividades relacionadas à Parada Programada de Manutenção referente às 8.000h de funcionamento das Unidades Geradoras.

No dia 25 de outubro de 2021, foi assinado o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC (Processo n. 410675/2021) entre a Companhia Energética Sinop e o Estado de Mato

Grosso, representado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT) e Procuradoria Geral do Estado (PGE). De acordo com as condições do TAC, a SEMA/MT assumiu a obrigação de emitir, por meio do setor técnico responsável, Pareceres Técnicos, opinando acerca: (i) do cumprimento das condicionantes e medidas restritivas para a operação comercial da UHE Sinop anteriormente impostos pela mesma agência reguladora e (ii) da possibilidade de revogação dos termos do Ofício no 157204/CLEIA/SUMIS/2020. Considerando a espontânea manifestação por parte da Companhia em celebrar o TAC, a Sinop Energia se obriga a realizar investimentos no montante total de R\$ 10.695, destinados para a contratação de prestação de serviços, projeto e execução de obras e engenharia e aquisições de equipamentos que serão integralmente doados à SEMA/MT.

A Companhia deu continuidade à execução dos programas ambientais estabelecidos no processo de licenciamento ambiental para a Etapa de Operação da UHE Sinop, em conformidade com o cronograma definido junto à SEMA/MT.

Declaração sobre serviços prestados pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”), firmado em 23 de abril de 2021, para a emissão do relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e os relatórios de sobre as Informações Contábeis Intermediárias contemplando os balanços patrimoniais em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021. A KPMG presta serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“ICVM 480”), os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, e com a opinião expressa no Relatório Especial de Auditoria da KPMG Auditores Independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

Encerrando mais um período de realizações, a Cia Energética Sinop S/A refirma o seu compromisso com a preservação do meio ambiente e da biodiversidade. Finalizamos a implantação de equipamentos de alta tecnologia, tais como: Barreira Eletromagnética de Repulsão de Peixes, e Sondas Telemétricas de Qualidade de Água, os quais nos possibilitam seguir com nossos rígidos protocolos de Operação, Segurança e Conservação da Ictiofauna.

Destacamos, ainda, o expressivo apoio de nossos Acionistas, e respectivos Comitês Técnicos, que nos possibilitam o acesso ao conhecimento, acelerando processos de aprendizado, gerando maior eficiência em nossa Operação e Gestão.

Seguimos firmes, executando os compromissos assumidos com a comunidade, poder público, credores e acionistas. Trabalhamos com segurança, preservando do patrimônio da Sinop Energia, agradecemos o apoio e a confiança.

Diretoria da Sinop Energia



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobras as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A.
Sinop - Mato Grosso

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética Sinop S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda por redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos não financeiros

Notas explicativas nºs 2.3, 5.c, 5.f e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações financeiras da Companhia apresenta o saldo de R\$ 2.252.262 mil relativo ao ativo imobilizado.</p> <p>Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis do ativo imobilizado, a Companhia estimou o valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), a qual o ativo imobilizado está alocado, com base no valor em uso e reconheceu uma perda por desvalorização do ativo imobilizado uma vez que o valor recuperável é inferior ao seu valor contábil.</p> <p>A determinação do valor em uso é baseado em fluxo de caixa futuros estimados, descontados a valor presente e envolveu o uso de premissas tais como: (i) volume de geração de energia, (ii) preço em contrato ajustado pela inflação projetada e preço da liquidação das diferenças (PLD), (iii) período projetivo conforme a vida útil do ativo principal (reservatórios), e (iv) taxa de desconto.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos do ativo imobilizado e às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação do desenho dos principais controles da Companhia sobre o processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas-base para a mensuração do valor recuperável.• Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de Corporate Finance:<ol style="list-style-type: none">i. se a estimativa do valor em uso foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto;ii. se as principais premissas consideradas na projeção (volume de geração de energia, preço em contrato ajustado pela inflação projetada e PLD, período projetivo conforme a vida útil do ativo principal (reservatórios), e taxa de desconto) estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado, são provenientes de fontes confiáveis e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Companhia;iii. se os cálculos matemáticos estão adequados; eiv. confirmação de dados técnicos com a Administração.• Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do valor contábil do ativo imobilizado, os quais não foram acatados pela Administração por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a estimativa do valor em uso e, conseqüentemente, da provisão para redução ao valor recuperável reconhecida pela Companhia, bem como as divulgações efetuadas, no decorrer da nossa auditoria identificamos ajuste que afetaria a divulgação das perda por redução ao valor recuperável</p>

	(impairment) dos ativos não financeiros, o qual não foi acatado pela administração, por ter sido considerado imaterial no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
--	--

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos - SP, 10 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027611/F



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Companhia Energética Sinop S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	121.791	169.801
Contas a receber	7	37.869	34.998
Estoques		8.045	7.682
Tributos e contribuições a recuperar	8	24.637	25.660
Adiantamentos		419	3.065
Despesas antecipadas		145	389
Total do ativo circulante		192.906	241.595
Não Circulante			
Outro ativos		1.774	537
Depósitos judiciais		273	-
Tributos e contribuições a recuperar	8	10.826	18.536
Fundos vinculados	9	87.341	77.373
Ativo fiscal diferido	10	395.940	331.471
Total do realizável a longo prazo		496.154	427.917
Imobilizado	11	2.252.262	2.402.584
Intangível	12	37.080	29.767
Total do ativo não circulante		2.785.496	2.860.268
Total do ativo		2.978.402	3.101.863

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	20.349	29.689
Tributos e contribuições a recolher		3.509	3.395
Obrigações trabalhistas		1.224	1.384
Obrigações setoriais		1.954	406
Financiamento BNDES	14	17.620	33.136
Debêntures	15	28.706	3.540
Uso do bem público		1.465	2.260
Provisões sócioambientais	16	18.208	11.362
Outros passivos circulantes		54	30
Total do passivo circulante		93.089	85.202
Não Circulante			
Financiamento BNDES	14	1.100.238	1.105.378
Debêntures	15	259.398	258.654
Obrigações setoriais		3.022	2.202
Uso do bem público		35.554	27.616
Provisões sócioambientais	16	49.919	42.567
Provisões para contingências	17	127	524
Total do passivo não circulante		1.448.258	1.436.941
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	2.234.136	2.234.136
Prejuízos acumulados	18	(797.081)	(654.416)
Total do patrimônio líquido		1.437.055	1.579.720
Total do passivo		1.541.347	1.522.143
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.978.402	3.101.863

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita de vendas			
Receita líquida com venda de energia elétrica	19	279.204	269.534
Outras receitas		134	113
Custos das vendas			
Energia elétrica comprada para revenda	20	(73.588)	(60.693)
Encargos de uso do sistema de transmissão	21	(44.191)	(40.429)
Outros custos com geração de energia elétrica	22	(129.091)	(120.786)
Lucro bruto		32.468	47.739
Despesas gerais administrativas	23	(12.518)	(15.433)
Reversão para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	11	(96.476)	242.540
Provisão para perdas estimadas		-	2.023
Outras receitas operacionais		51	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(76.475)	276.869
Receitas financeiras	24	8.177	6.022
Despesas financeiras	24	(138.836)	(122.719)
Resultado financeiro	24	(130.659)	(116.697)
Resultado antes dos impostos		(207.134)	160.172
Contribuição social diferida	10	17.059	(14.439)
Imposto de renda diferido	10	47.410	(40.086)
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		(142.665)	105.647
Resultado por ação			
Prejuízo (lucro) básico/diluído por ação - R\$		(0,06386)	0,04729

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(142.665)	105.647
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(142.665)</u>	<u>105.647</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>2.234.136</u>	<u>(760.063)</u>	<u>1.474.073</u>
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>105.647</u>	<u>105.647</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18	<u>2.234.136</u>	<u>(654.416)</u>	<u>1.579.720</u>
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(142.665)</u>	<u>(142.665)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18	<u><u>2.234.136</u></u>	<u><u>(797.081)</u></u>	<u><u>1.437.055</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo (lucro) do exercício antes dos impostos		(207.134)	160.172
Encargos da dívida		136.528	120.191
Provisões (venda de energia, rendimentos de aplicações financeiras e contingências passivas)		(269)	(3.585)
Provisão para redução ao valor recuperável		96.476	(242.540)
Depreciação e amortização		101.482	108.475
		127.083	142.713
Variações no ativo			
Titulos e créditos a receber		(2.871)	826
Estoques		(363)	(3.708)
Tributos e contribuições a recuperar		8.733	4.171
Adiantamentos		876	(1.107)
Despesas antecipadas		244	724
Outros ativos		(1.510)	(537)
		5.109	369
Variações no passivo			
Fornecedores		(14.803)	2.723
Tributos e contribuições a recolher		114	1.912
Obrigações trabalhistas		(160)	148
Encargos setoriais		2.240	539
Uso do bem público		(2.261)	(2.167)
Outros passivos		24	(16)
		(14.846)	3.139
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	14	(76.762)	(20.564)
Juros pagos na liquidação da dívida com as Debêntures	14	(22.361)	(42.809)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		18.223	82.848
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adição de imobilizado	29	(24.170)	(60.075)
Baixa de imobilizado		77	-
Adição de intangível		(21)	-
Depósitos vinculados		(320.420)	(13.203)
Resgate de depósitos vinculados		310.452	88.598
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento		(34.082)	15.320
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação financiamento - BNDES	14	1.278	1.637
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	14	(30.718)	(14.792)
Liquidação da dívida com as Debêntures (principal)	14	(2.711)	(671)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(32.151)	(13.826)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(48.010)	84.342
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		169.801	85.459
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		121.791	169.801
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(48.010)	84.342

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
1 – Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	320.416	305.792
Outras receitas	185	113
	<u>320.601</u>	<u>305.905</u>
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(167.740)	(134.015)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.075)	(7.450)
Perda/Recuperação de valores ativos	(96.476)	244.563
Outras (Contingências trabalhistas)	487	(168)
	<u>(269.804)</u>	<u>102.930</u>
3 - Valor adicionado bruto	<u>50.797</u>	<u>408.835</u>
4 - Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(101.482)	(96.624)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>(50.685)</u>	<u>312.211</u>
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	8.177	6.022
	<u>8.177</u>	<u>6.022</u>
7 - Valor adicionado total	<u><u>(42.508)</u></u>	<u><u>318.233</u></u>
8 - Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	9.513	9.709
Benefícios	2.422	2.083
FGTS	564	485
	<u>12.499</u>	<u>12.277</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(51.541)	76.836
Estaduais	5	6
	<u>(51.536)</u>	<u>76.842</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	138.836	122.719
Aluguéis	358	748
	<u>139.194</u>	<u>123.467</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(142.665)	105.647
	<u>(142.665)</u>	<u>105.647</u>
Valor adicionado total	<u><u>(42.508)</u></u>	<u><u>318.233</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013. Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 18), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE” ou “UHE Sinop” ou “Usina” ou “Empreendimento”), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Jardim Botânico, Av. dos Flamboyants, 684, e a Usina está implantada no rio Teles Pires, estado de Mato Grosso, com potência instalada de 401,88 MW e reservatório com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água (NA) Máximo Normal (302,00 metros) e Área de Preservação Permanente (APP) de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios – Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso. O eixo da barragem situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para os geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente) e cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo o prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica. De acordo como o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Após a conclusão do enchimento, a Sinop Energia realizou as tratativas com o órgão ambiental, sendo que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT) emitiu, em 28 de junho de 2019, o Ofício nº 145163/SUIMIS/2019 aprovando a realização dos primeiros testes de forma assistida. Da mesma forma, a ANEEL emitiu os Despachos nº 1829 e 1960 e autorizou o início da operação em teste das Unidades Geradoras UG2 e UG1, respectivamente. Assim, no dia 11 de agosto de 2019 foi realizado o 1º sincronismo da UG2. No dia 20 de agosto de 2019, a SEMA/MT emitiu a Licença de Operação nº 320138/2019, fundamentada no Parecer Técnico nº 128346/CLEIA/SUIMIS/2019, com validade até 18 de agosto 2024. Após a conclusão dos testes de comissionamento eletromecânico e emissão da Declaração de Atendimento aos Requisitos dos Procedimentos de Rede (DAPR/D) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a UG2 no dia 12 de setembro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2561 em 16 de setembro de 2019, o qual liberou a unidade geradora UG2 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG2 ocorreu em 17 de setembro de 2019.

ara a UG1, o ONS emitiu a DAPR/P em 14 de outubro de 2019 e, posteriormente, em 17 de outubro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, o qual liberou a unidade geradora UG1 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG1 da UHE Sinop ocorreu em 18 de outubro de 2019.

Aspectos relacionados ao COVID-19

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Os governos, nos cinco continentes, passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus e estimulando financeiramente seus mercados internos, afim de superar os danos que uma potencial recessão possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

b) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

Com o objetivo de contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade, a Companhia destinará aproximadamente R\$ 3.119 em projetos associados a prevenção e combate do novo Coronavírus (COVID-19), oriundos de recursos do BNDES, Subcrédito “D”, aprovados em 13 de abril de 2020. A Companhia já realizou R\$ 2.947, até 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.001, durante o exercício de 2020) no combate a esta pandemia.

c) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) desempenho da demanda de energia elétrica no mercado regulado; e
- (ii) nos níveis de inadimplência das Companhias reguladas.

Conforme a análise da Administração, os possíveis impactos do COVID-19 para o exercício de 2021 foram baseados nas melhores estimativas a partir da declaração do estado de calamidade pública pelo Governo Federal e, conforme análises da Administração, para o setor de geração de energia ainda não existem impactos relevantes. Até a data de emissão deste relatório não foi identificado impactos materiais para a Companhia.

d) Medidas adotada pela Companhia

A Companhia além de realizar os acompanhamentos periódicos dos colaboradores, por meio de testes rápidos, implementou as rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais, também adotou o sistema de teletrabalho (*home office*) e horários flexíveis para os colaboradores com funções administrativas, durante o exercício de 2021. Após a campanha de vacinação de 100% (cem por cento) dos colaboradores próprios e terceirizados, no início do terceiro trimestre, a Companhia retornou com suas atividades totalmente presenciais.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras .

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizado pela Diretoria da Companhia em 09 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua, periodicamente. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 26 - Gestão de riscos dos instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 5f, 11 e 12** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Notas explicativas 16 e 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 26 - Gestão de risco dos instrumentos financeiros.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não identificou impactos materiais sobre as demonstrações financeiras relacionadas as alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros avaliados aos seus valores justos.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica. Como o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante (Nota Explicativa nº 7). São mensuradas ao custo amortizado.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido da depreciação e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos foram vinculados ao Empreendimento e capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estavam sendo executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27 (Nota Explicativa nº 11).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo imobilizado formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira.

Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada para reduzir o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e iniciou, para os bens unitizados, partir do mês de outubro de 2019, quando a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, a qual liberou a unidade geradora UG01 para início da operação comercial (Nota Explicativa nº 01).

Terrenos são depreciados, conforme instrução da ANEEL em seu Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	30 anos
Máquinas e equipamentos	27 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Reservatórios e barragens	30 anos
Terrenos	30 anos
Veículos	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são determinados pelas Resoluções Normativas nºs 367/2009 e 674/2015 da ANEEL. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, e expressa adequadamente, na opinião da Administração, o tempo de vida útil dos bens.

d. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Amortização de ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico, fiscalizada pela ANEEL, e a amortização iniciou quando da entrega da energia objeto do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR).

e. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

f. Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social

sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 16 e 17).

i. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 (doze) meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 13).

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 14 e 15).

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma companhia em conexão com o empréstimo.

k. Partes relacionadas

Os termos e condições dessas transações partes relacionadas não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações

semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal chave da Administração. Os valores, prazos e taxas estão definidas em contrato. (Nota Explicativa nº 25).

I. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um

determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A

despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

m. Receita operacional

A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

Corresponde, majoritariamente, às receitas relacionadas à venda de energia de curto prazo e às vendas de energia no mercado de longo prazo (CCEAR), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

n. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Multas.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

o. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	273	443
- Banco Itaú Unibanco S.A.	37	37
- Banco ABC S.A.	1	1
Aplicações financeiras:		
- Banco do Brasil S.A. (i)	<u>121.478</u>	<u>169.318</u>
	<u>121.791</u>	<u>169.801</u>
(i) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de 96% do CDI (idêntico em 31 de dezembro de 2020).		

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 26.

7 Contas a receber

	Vincendos	2021 Vencidos mais 30 dias	Total	2020
Contas a receber de clientes (i)	36.995	2	36.997	34.202
Partes relacionadas (ii)	872	-	872	796
	37.867	2	37.869	34.998

- (i) Referem-se, substancialmente:
- (a) Vendas a prazo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 36.995 (R\$ 34.200, em 31 de dezembro de 2020); e
- (b) outras contas a receber de R\$ 2 (R\$ 2, em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) Venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) à partes relacionadas R\$ 872 (R\$ 796, em 31 de dezembro de 2020). Nota explicativa nº 25.

8 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante	2021	2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	20.277	21.106
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	4.360	4.554
	24.637	25.660
Não circulante	2021	2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	-	7.558
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	-	1.670
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) (ii)	10.459	8.945
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	345	345
Imposto de Renda a recuperar	22	18
	10.826	18.536
	35.463	44.196

- (i) A Companhia, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.833/03, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente (nas atividades da área de engenharia não há créditos de PIS e COFINS em função do benefício do REIDI que determina a isenção de tais tributos sobre os valores dos materiais e serviços contratados, até 31 de outubro de 2019), faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada. Adicionalmente, a Companhia possui expectativa de gerar R\$ 31.502 de PIS e COFINS a pagar, de acordo com a projeção de faturamento para os próximos 12 (doze) meses, atrelado a sua capacidade de produção de MWm 221,52 e MWh 1.940.737.
- (ii) Saldo de Imposto de Renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras referentes aos aportes dos acionistas, recursos obtidos junto ao BNDES, recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures e das operações comerciais.

9 Fundos vinculados

	2021	2020
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	31.746	30.629
Conta reserva adicional	1.271	-
Conta centralizadora	10.162	9.674
	43.179	40.303

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva	19.547	13.190
Reserva adicional	18.240	13.190
Conta de pagamento	6.375	10.690
	<u>44.162</u>	<u>37.070</u>
	<u>87.341</u>	<u>77.373</u>

(i) Referentes aos empréstimos BNDES.

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia.

Conta reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, “Garantias da Operação, item II - Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”.

Conta reserva adicional (*)

A conta reserva adicional é composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 14.

Em 14 de janeiro de 2020, o BNDES deliberou pela substituição da Conta Reserva Adicional por carta de fiança bancária, através do Banco ABC no valor de R\$ 90.900, vigente até 30 de dezembro de 2021, dessa forma, em janeiro de 2020, o valor de R\$ 88.598 vinculado na conta corrente junto ao Banco do Bradesco, foi liberado para movimento em conta corrente.

Em 1 de dezembro de 2021, através do Banco Bradesco, a carta de fiança bancária foi renovada no valor de R\$ 90.900, com vigência até 31 de dezembro de 2023.

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta reserva adicional

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 15.

Conta pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores:

	Alíquota	2021	2020
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(443.850)	(358.209)
Imposto de renda diferido	25%	110.962	89.039
Contribuição social diferida	9%	39.947	32.036
		150.909	121.075
Provisão de <i>impairment</i>		(720.678)	(624.253)
Imposto de renda diferido	25%	180.170	154.703
Contribuição social diferida	9%	64.861	55.693
		245.031	210.396
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.166.733)	(982.462)
Imposto de renda diferido	25%	291.151	243.742
Contribuição social diferida	9%	104.789	87.729
		395.940	331.471

Com base na expectativa dos lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

b. Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 1º de janeiro de 2020	385.996
Reconhecimento no exercício	27.939
Reversão de provisão	(82.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	331.471
Reconhecimento no exercício	64.469
Saldo em 31 de dezembro de 2021	395.940

Demonstrativo de base de cálculo

	2021	2020
	IR e CSLL	IR e CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(207.134)	(160.172)
Efeito das adições e exclusões no cálculo do tributo	119.339	(242.273)
Adições	131.200	267
Exclusões	(487)	(242.540)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(87.795)	(82.101)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício	29.850	27.914
Outros	33	(25)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	29.817	27.939
Provisão (Reversão) de diferenças temporárias – <i>Impairment</i> (Nota Explicativa nº 11)	34.652	(82.465)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	64.469	(54.525)
Contribuição social diferida	17.059	(14.439)
Imposto de renda diferido	47.410	(40.086)
	64.469	(54.525)
Alíquota efetiva	(31,1%)	66,4%

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 31 de dezembro de 2021.

Exercícios	Total
2026	8.248
2027	9.831
2028	9.545
2029	13.801
Acima de 2030	354.515
Total	395.940

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Por ser o segundo ano das operações, a Companhia não possui histórico de lucros, todavia, iniciou as operações no segundo semestre de 2019 nos termos do seu plano de negócio e possui contratos firmados para a parcela substancial da energia a ser gerada ao longo do contrato de concessão.

11 Imobilizado

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Geração	Saldo em 2020	Adições	Depreciação	Reversão / reconhecimento de provisão	Baixas	Saldo em 2021
Em curso						
Terrenos	384	-	-	-	-	384
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	275	-	-	-	-	275
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear (vi)	99.700	46.928	-	-	-	146.628
Adiantamentos a fornecedores (ii)	610	10	-	-	-	620
	100.969	46.938	-	-	-	147.907
Terrenos a pagar (iii)	827	-	-	(7)	-	820
Medições (iii)	4.378	2.797	-	(4.623)	-	2.552
Subtotal - Geração em curso	106.174	49.735	-	(4.630)	-	151.279
Em serviço						
Veículos	752	-	-	-	-	752
Terrenos	392.415	19	-	-	-	392.434
Reservatórios	1.863.507	-	-	-	-	1.863.507
Edificações	490.318	69	-	-	-	490.387
Máquinas e equipamentos	266.041	130	-	-	-	266.171
Móveis e utensílios	928	-	-	-	-	928
(-) Depreciação acumulada - Veículos (v)	(142)	-	(99)	-	-	(241)
(-) Depreciação acumulada - Terrenos (v)	(16.215)	-	(12.577)	-	-	(28.792)
(-) Depreciação acumulada - Reservatórios (v)	(77.049)	-	(59.750)	-	-	(136.799)
(-) Depreciação acumulada - Edificações (v)	(20.463)	-	(15.863)	-	-	(36.326)
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos (v)	(12.465)	-	(9.628)	-	-	(22.093)
(-) Depreciação acumulada - Móveis e utensílios (v)	(74)	-	(55)	-	-	(129)
Subtotal - Geração em serviço	2.887.553	218	(97.972)	-	-	2.789.799
Total - Geração	2.993.727	49.953	(97.972)	(4.630)	-	2.941.078
Sistema de transmissão de conexão						
Em serviço	34.120	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada (v)	(1.460)	-	(1.130)	-	-	(2.590)
Total - Sistema de transmissão de conexão	32.660	-	(1.130)	-	-	31.530
Administração						
Em serviço	1.978	201	-	-	(77)	2.102

(-) Depreciação acumulada	(1.578)	-	(268)	-	76	(1.770)
Total - Administração	400	201	(268)	-	(1)	332
Total - Imobilizado	3.026.787	50.154	(99.370)	(4.630)	(1)	2.972.940
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(624.202)	-	-	(96.476)	-	(720.678)
Total - Imobilizado líquido	2.402.585	50.154	(99.370)	(101.106)	(1)	2.252.262

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Saldo em 2019	Adições	Depreciação	Reversão / reconhecimento de provisão	Transferências /Unitização (a)	Saldo em 2020
Geração						
Em curso						
Terrenos	392.251	574	-	-	(392.441)	384
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	1.444.955	1.835	-	-	(1.446.515)	275
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	530.234	68.034	-	-	(491.136)	99.700
Máquinas e equipamentos a ratear	342.617	2.617	-	-	(345.234)	-
Veículos	451	-	-	-	(451)	-
Estudos de projetos a ratear	(i) 23.574	-	-	-	(23.574)	-
Adiantamentos a fornecedores	(ii) 1.257	923	-	(1.570)	-	610
	2.735.339	73.983	-	(1.570)	(2.699.351)	100.969
Terrenos a pagar	(iii) 1.436	28	-	(637)	-	827
Medições	(iii) 8.085	3.834	-	(7.541)	-	4.378
Juros capitalizados	(iv) 346.131	-	-	-	(346.131)	-
Subtotal - Geração em curso	3.090.991	77.845	-	(9.748)	(3.045.482)	106.174
Em serviço						
Veículos	253	48	-	-	451	752
Terrenos	-	-	-	-	392.415	392.415
Reservatórios	-	-	-	-	1.863.507	1.863.507
Edificações	-	-	-	-	490.318	490.318
Máquinas e equipamentos	1.626	622	-	-	263.793	266.041
Móveis e utensílios	50	-	-	-	878	928
(-) Depreciação acumulada - Veículos	(v) (22)	-	(120)	-	-	(142)
(-) Depreciação acumulada - Terrenos	(v) -	-	(16.215)	-	-	(16.215)
(-) Depreciação acumulada - Reservatórios	(v) -	-	(77.049)	-	-	(77.049)
(-) Depreciação acumulada - Edificações	(v) -	-	(20.463)	-	-	(20.463)
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	(v) (52)	-	(12.413)	-	-	(12.465)
(-) Depreciação acumulada - Móveis e utensílios	(v) (2)	-	(72)	-	-	(74)
Reversão da provisão de depreciação	(v) (22.149)	-	22.149	-	-	-
Subtotal - Geração em serviço	(20.296)	670	(104.183)	-	3.011.362	2.887.553
Total - Geração	3.070.695	78.515	(104.183)	(9.748)	(34.120)	2.993.727
Sistema de transmissão de conexão						
Em serviço	-	-	-	-	34.120	34.120
(-) Depreciação acumulada	(v) -	-	(1.460)	-	-	(1.460)
Total - Sistema de transmissão de conexão	-	-	(1.460)	-	34.120	32.660
Administração						
Em serviço	1.286	692	-	-	-	1.978
(-) Depreciação acumulada	(976)	-	(602)	-	-	(1.578)
Total - Administração	310	692	(602)	-	-	400
Total - Imobilizado	3.071.005	79.206	(106.245)	(9.748)	-	3.026.787
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(866.742)	-	-	242.540	-	(624.202)
Total - Imobilizado líquido	2.204.263	79.206	(106.245)	232.792	-	2.402.585

(a) Em 31 de agosto de 2020, a Companhia transferiu do "Ativo em Curso" para o "Ativo em serviço" o valor de R\$ 3.045.481, através do procedimento de unitização.

(*) Atualização do valor presente referente as provisões socioambientais a taxa média do IPCA médio de 3,06% a.a. relativo aos anos de 2022 a 2026 (3,3% a.a. em 31 de dezembro de 2020)

A Companhia é vedada de alienar ou ceder, a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL os bens vinculados a concessão.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- (ii) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (iii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (iv) Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os financiamentos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop, contabilizados no imobilizado em curso até agosto de 2019.
- (v) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados, sendo inferiores ao tempo de concessão.
- (vi) Referem-se, substancialmente, a obras residuais relativas a engenharia civil (R\$ 78 MM) e está previsto a unitização até junho de 2022 e R\$ 77 MM, correspondentes aos projetos e programas sócios ambientais em atendimento a Licença de Operação, previstos o término até dezembro de 2026, conforme detalhado na nota explicativa 16.

a) Teste por redução ao valor recuperável

A provisão para perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida em relação aos atrasos nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela falta de licenças ambientais. Neste exercício, a Companhia identificou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua Unidade Geradora de Caixa (UGC). O teste realizado pela Companhia identificou a necessidade de complemento de provisão nesse exercício, com base em projeções econômico-financeiras do empreendimento.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos da unidade geradora de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano, após os impostos, específica para os segmentos testados: 8,34% (7,75% em 2020), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas da unidade geradora de caixa, projetadas com base no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou o seu empreendimento como unidade geradora de caixa única.

(Reversão) Provisão para perda por redução ao valor recuperável

	2021	2020
Saldo inicial	(624.202)	(866.742)
Provisão	(96.476)	242.540
Total impairment	(720.678)	(624.202)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor recuperável da UGC era como segue:

Valor recuperável	2021	2020
Imobilizado	2.252.262	2.402.584
Intangível	<u>37.080</u>	<u>29.767</u>
	<u>2.289.342</u>	<u>2.432.351</u>

12 Intangível

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 2020	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 2021
Geração				
Software - GER	67	13	-	80
(-) Amortização Softwares - GER	(15)	-	(15)	(30)
Em curso - UBP (i)	34.139	9.404	-	43.543
(-) Amortização acumulada (ii)	<u>(4.440)</u>	<u>-</u>	<u>(2.086)</u>	<u>(6.526)</u>
Total - Geração	29.751	9.417	(2.101)	37.067
Administração Central				
Em serviço	1.009	8	-	1.017
(-) Amortização acumulada	<u>(993)</u>	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>(1.003)</u>
Total - Administração	16	8	(10)	13
Total	<u>29.767</u>	<u>9.424</u>	<u>(2.111)</u>	<u>37.080</u>

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Saldo em 2019	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 2020
Geração				
Software - GER	67	-	-	67
(-) Amortização Softwares - GER	(2)	-	(13)	(15)
Em curso - UBP (i)	32.822	1.317	-	34.139
(-) Amortização acumulada (ii)	<u>(2.273)</u>	<u>-</u>	<u>(2.167)</u>	<u>(4.440)</u>
Total - Geração	30.614	1.317	(2.180)	(29.751)
Administração Central				
Em serviço	1.009	-	-	1.009
(-) Amortização acumulada	<u>(943)</u>	<u>-</u>	<u>(50)</u>	<u>(993)</u>
Total - Administração	66	-	(50)	16
Total	<u>30.680</u>	<u>1.317</u>	<u>(2.230)</u>	<u>29.767</u>

- (i) Geração - Em curso - Utilização do Bem Público
Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R\$ 1.465 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 2.260 em 31 de dezembro de 2020) e não circulante (R\$ 35.554 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 27.616 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 7,4% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo são capitalizados ao ativo intangível.

- (ii) Administração - Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

13 Fornecedores

	2021	2020
Materiais e serviços (i)	5.656	7.316
Energia comprada para revenda (ii)	6.003	12.805
EUST (iii)	4.178	3.379
Partes relacionadas (iv)	2.394	3.641
Outros (v)	983	966
Fundiário (vi)	820	1.087
Retenções contratuais (vii)	309	495
Seguros a pagar	6	-
	20.349	29.689

- (i) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras remanescentes e operação e manutenção.
(ii) Referem-se a provisão para compra de energia elétrica do exercício.
(iii) Referem-se aos serviços de EUST's prestados pelas transmissoras (clientes).
(iv) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 25.
(v) Referem-se substancialmente aos gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos, assessorias financeiras e jurídicas, etc.
(vi) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
(vii) Retenção de 5% do valor da medição dos fornecedores de serviços da área ambiental.

14 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das demonstrações financeiras.

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2021

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a. + TJLP	18.718	-	(1.098)	17.620
		18.718	-	(1.098)	17.620
Não circulante				Custo incremental	Total
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.113.501	-	(16.987)	1.096.514
Atualização	TJLP	-	3.724	-	3.724
		1.113.501	3.724	(16.987)	1.100.238
Total do financiamento		1.132.219	3.724	(18.085)	1.117.858

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2020

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.				
	+ TJLP	34.234	-	(1.098)	33.136
		34.234	-	(1.098)	33.136
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.120.012	-	(18.086)	1.101.926
	Atualização	TJLP	-	3.452	-
		1.120.012	3.452	(18.086)	1.105.378
Total do financiamento		1.154.246	3.452	(19.184)	1.138.514

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 15) em 31 de dezembro de 2021

	Passivos		Total
	Financiamento BNDES	Debêntures	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.138.514	262.194	1.400.708
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Financiamentos captados	1.278	-	1.278
Amortização de principal	(30.718)	(2.711)	(33.429)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(29.440)	(2.711)	(32.151)
Outras variações			
Provisão de juros	84.447	50.104	134.551
Pagamento de juros	(76.762)	(22.361)	(99.123)
Custo de transação	1.099	878	1.977
Total de outras variações	8.784	28.621	37.405
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.117.858	288.104	1.405.962

Movimentação do financiamento e debêntures (nota explicativa 15) em 31 de dezembro de 2020 - (12 meses)

	Passivos		Total
	Financiamento BNDES	Debêntures	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.108.329	249.387	1.357.716
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Financiamentos captados de terceiros	1.637	-	1.637
Amortização de principal	(14.792)	(671)	(15.463)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(13.155)	(671)	(13.826)
Outras variações			
Provisão de juros	85.048	33.161	118.209
Pagamento de juros	(42.809)	(20.564)	(63.373)
Custo de transação	1.101	881	1.982
Total de outras variações	43.340	13.478	56.818
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.138.514	262.194	1.400.708

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Saldo em 2020	Adição	Amortização	Saldo em 2021
19.184	-	(1.099)	18.085

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Saldo em 2019	Adição	Amortização	Saldo em 2020
20.285	-	(1.101)	19.184

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª - Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	<u>1.018.000</u>		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

Período	Subcrédito D
Entre Fev/2022 até dez/2022	2.085

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2022	18.718
2023	39.854
2024	43.122
2025	46.658
2026	50.484
2027	54.623
Após 2028	882.484
Total da dívida com encargos	<u>1.135.943</u>
Custo incremental	<u>(18.085)</u>
	<u>1.117.858</u>

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.
- Penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.
- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.
- Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e da acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 9, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela Amortização de principal e pagamento de juros). Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das demonstrações contábeis relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do

exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa.

A Companhia iniciou as medições com base no ano de 2019, sendo que os exercícios de 2019 e 2021 o índice ICSD não foi atendido, porém, de acordo com o contrato junto ao BNDES prevê a quebra das cláusulas restritivas quando o índice não for atendido por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados.

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais.

15 Debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000 (“Segunda Emissão de Debêntures”). A integralização das debêntures foi realizada à vista, dividida em R\$ 208.722 em 03 de julho de 2018 e R\$ 27.278 em 10 de julho de 2018, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos semestrais a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado

O valor nominal atualizado será amortizado em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2022	29.505
2023	11.746
2024	17.148
2025	21.545
2026	26.751
2027	32.270
A partir de 2028	158.326
Total da dívida com encargos	297.291
Custo incremental	(9.187)
	288.104

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; ELETRONORTE 24,5% e EDFNF 51%; em que as fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela amortização de principal e pagamento de juros.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em Demonstrações financeiras anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o

Completion Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação das Demonstrações Contábeis auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados, iniciando em 2019. A apuração do ICSD deve ser realizada após o encerramento de cada exercício fiscal com base nas informações das Demonstrações Contábeis auditadas.

A Companhia iniciou as medições com base no ano de 2019, sendo que os exercício de 2019 e 2021 o índice ICSD não foi atendido, porém, de acordo com o contrato junto ao BNDES prevê a quebra das cláusulas restritivas quando o índice não for atendido por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados.

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais.

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2021

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	7.387	-	(798)	6.589
Atualização		-	22.117	-	22.117
		7.387	22.117	(798)	28.706
Não circulante					
Debêntures		218.461	-	(8.389)	210.072
Atualização		-	49.326	-	49.326
		218.461	49.326	(8.389)	259.398
Total das debêntures		225.848	71.443	(9.187)	288.104

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2020

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	2.656	-	(878)	1.778
Atualização		-	1.762	-	1.762
		2.656	1.762	(878)	3.540
Não circulante					
Debêntures		234.972	-	(9.187)	225.785
Atualização		-	32.869	-	32.869
		234.972	32.869	(9.187)	258.654
Total das debêntures		237.628	34.631	(10.065)	262.194

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 2020	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 2021
Circulante						
Debêntures	1.778	(2.711)	7.442	-	80	6.589
Atualização	1.762	(22.361)	42.716	-	-	22.117
	3.540	(25.072)	50.158	-	80	28.706
Não circulante						
Debêntures	208.252	-	(15.253)	(1.258)	798	192.539
Atualização	50.402	-	(34.905)	51.362	-	66.859
	258.654	-	(50.158)	50.104	798	259.398
Total das debêntures	262.194	(25.072)	-	50.104	878	288.104

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Saldo em 2019	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 2020
Circulante						
Debêntures	651	(671)	22.289	(20.563)	72	1.778
Atualização	-	-	1.762	-	-	1.762
	651	(671)	24.051	(20.563)	72	3.540
Não circulante						
Debêntures	231.202	-	(22.289)	(1.469)	808	208.252
Atualização	17.534	-	(1.762)	34.630	-	50.402
	248.736	-	(24.051)	33.161	808	258.654
Total das debêntures	249.387	(671)	-	12.598	880	262.194

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Saldo em 2020	Adição	Amortização	Saldo em 2021
10.066	-	(878)	9.188

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Saldo em 2019	Adição	Amortização	Saldo em 2020
10.947	-	(881)	10.066

16 Provisões socioambientais

Referem-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

Circulante

	2021	2020
Físico biótico (*)	18.208	11.362
	18.208	11.362

Não circulante

	2021	2020
Físico biótico (*)	58.821	48.302
(-) Ajuste a valor presente (i)	(8.902)	(5.735)
	49.919	42.567
	68.127	53.929

(*) Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Canteiro de Obras), Subprograma de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas, Subprograma de Acompanhamento dos Direitos

Minerários, Subprograma de Identificação das Alternativas de Exploração de Jazidas de Argila, Programa de Monitoramento de Encostas Marginais, Programa de Coletas de Propágulos e Produção de Mudas, Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática, Programa de Monitoramento da Ictiofauna + Subprograma de Mitigação de Impactos Sobre as Espécies Migratórias de Interesse Comercial, Subprograma de Monitoramento Limonológico e de Qualidade da Água, Subprograma de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas, Programa de Educação Ambiental, Remanejamento da População, PRAD APP do Reservatório (3.000 hectares) e o Projeto Peixes, adicionado aos projetos no o exercício de 2021.

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia ajustou a provisão a valor presente no valor de R\$ 8.902, tendo como base a projeção do IPCA de 3,4% a.a. para os exercícios entre 2022 a 2026 (IPCA médio de 3,3% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, com base em estudos que levaram em conta os compromissos assumidos por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Sinop, registrou no passivo circulante R\$ 18.208 (R\$ 11.362, em 31 de dezembro de 2020) e no passivo não circulante R\$ 51.087 (R\$ 49.919, em 31 de dezembro de 2020).

17 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em momentos oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade “provável”

Movimentações em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	524	648
Adições	137	25
Pagamentos/baixas	<u>(534)</u>	<u>(149)</u>
Saldo final	<u>127</u>	<u>524</u>

A Companhia é ré em processos trabalhistas. Todos os processos estão tramitando na Justiça Trabalhista no Estado de Mato Grosso.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível, mas o risco de desembolso é remoto. Em 31 de dezembro de 2021, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 220.867 (R\$ 157.421 em 31 de dezembro de 2020), tais como: processos trabalhistas

envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária, e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Saldo em 2021
Cíveis e outras (i)	121.431	100.071	(1.518)	219.984
Trabalhistas (ii)	3.435	265	(2.817)	883
Tributárias (iii)	32.555	-	(32.555)	-
Total	157.421	100.336	(36.890)	220.867

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Saldo em 2020
Cíveis e outras (i)	122.432	9.876	(10.877)	121.431
Trabalhistas (ii)	3.288	1.906	(1.759)	3.435
Tributárias (iii)	30.268	2.287	-	32.555
Total	155.988	14.069	(12.636)	157.421

- (i) Cíveis
As contingências cíveis, são de autoria de Entidades Públicas, tais como: SEMA, Ministério Público Federal e Prefeituras (R\$ 126.396) e Pessoas Físicas e Jurídicas (R\$ 93.588). Do total das adições de R\$ 100.336 em 2021, R\$ 87.352 correspondem a uma Ação Indenizatória requerida pela construtora empreiteira.
- (ii) Trabalhistas
As contingências trabalhistas de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.
- (iii) Tributárias
Município de Itaúba
O município de Itaúba instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante de R\$ 10.528, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.
Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.
Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Classificado como remoto no primeiro trimestre de 2021.

Município de Cláudia

O município de Cláudia instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante de R\$ 36.556, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.
Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Classificado como remoto no primeiro trimestre de 2021.

18 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreende 2.234.136 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 2.234.136, até o limite de 2.234.136 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	547.363	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	2.234.136	100,0%

c. (Prejuízo) lucro líquido por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2021	2020
(Prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	(142.665)	105.647
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	2.234.136
(Prejuízo) por ação (básico) - R\$	(0,06386)	0,04729
(Prejuízo) por ação (diluído) - R\$	(0,06386)	0,04729

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o lucro líquido / (prejuízo) por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes exercícios.

O prejuízo contábil deverá ser, obrigatoriamente, absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem. Desta forma, o saldo da conta "Reserva Legal (PL)" e "Reserva de Capital (PL)" somente poderão ser utilizadas para compensação do prejuízo apurado no exercício na hipótese de não haver saldo suficiente nas contas "Lucros ou Prejuízos Acumulados (PL)" e "Reserva de Lucros (PL)".

19 Receitas líquidas com vendas de energia elétrica

	2021	2020
Receita com venda de energia - (i) ACR	308.647	296.110
Receita com venda de energia - (ii) ACL	11.769	9.683
COFINS sobre venda de energia elétrica	(24.350)	(23.207)
PIS sobre venda de energia elétrica	(5.286)	(5.038)
Encargos setoriais	(11.576)	(8.014)
	<u>279.204</u>	<u>269.534</u>
Referem-se à comercialização de energia elétrica de:		
(i) ACR		
MWh	1.890.408	1.895.587
Preço médio – em R\$	163,27	156,21
(ii) ACL		
MWh	50.107	50.244
Preço médio – em R\$	234,88	192,71

20 Energia elétrica comprada para revenda e risco hidrológico

	2021	2020
Energia elétrica comprada para revenda (i) (*)	(49.202)	(37.282)
Risco hidrológico	(24.386)	(23.411)
	<u>(73.588)</u>	<u>(60.693)</u>
(i)		
MWh	277.609	191.438
Preço médio – em R\$	291,92	335,13

(*) Referem-se à aquisição de energia elétrica, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

21 Encargos de uso do sistema de transmissão

	2021	2020
Encargos de uso do sistema de transmissão	(44.191)	(40.429)

Contemplam os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP).

22 Outros custos com geração de energia elétrica

	Nota	2021	2020
Depreciações e amortizações	22a	(92.034)	(96.001)
Serviços de terceiros	22b	(26.182)	(15.517)
Pessoal, encargos e benefícios	22c	(6.398)	(5.844)
Outros (seguros, taxas regulatórias, etc.)		(2.687)	(1.920)
Materiais		(1.789)	(1.495)
Passagens e hospedagens		(1)	(9)
		(129.091)	(120.786)
22a. Depreciações e amortizações			
	Nota	2021	2020
- Depreciação – Geração	11	(99.103)	(105.643)
- Amortização – Geração	12	(2.099)	(2.230)
		(101.202)	(107.823)
Créditos de PIS e Cofins		9.168	11.822
		(92.034)	(96.001)
22b. Serviços de terceiros			
		2021	2020
Assessoria e consultoria de O&M		(18.076)	(9.928)
Programas ambientais - OPEX		(5.725)	(3.595)
Telefonia, internet, água e energia elétrica		(1.078)	(671)
Monitoramento e vigilância		(1.045)	(699)
Transportes		(132)	(140)
Outros		(126)	(26)
Compartilhamento de infraestrutura		-	(458)
		(26.182)	(15.517)
22c. Pessoal, encargos e benefícios			
		2021	2020
Remuneração de empregados		(3.349)	(4.102)
Encargos trabalhistas		(2.251)	(1.471)
Benefícios a empregados		(798)	(271)
		(6.398)	(5.844)

23 Despesas gerais e administrativas

	Nota	2021	2020
Pessoal, encargos e benefícios	20a	(6.102)	(6.433)
Serviços de terceiros	20b	(5.447)	(6.443)
Arrendamentos e aluguéis		(358)	(748)
Outros		(512)	(731)
Depreciações e amortizações		(254)	(623)
Materiais		(204)	(164)
Passagens e hospedagens		(129)	(123)
Litígios trabalhistas e cíveis	14	488	(168)
		<u>(12.518)</u>	<u>(15.433)</u>

20a. Pessoal, encargos e benefícios

	2021	2020
Remuneração de empregados	(2.887)	(2.775)
Encargos trabalhistas	(1.697)	(1.896)
Benefícios a empregados	(1.518)	(1.762)
	<u>(6.102)</u>	<u>(6.433)</u>

20b. Serviços de terceiros

	2021	2020
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(4.400)	(5.054)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(419)	(531)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(234)	(298)
Outros	(184)	(282)
Monitoramento e vigilância	(174)	(223)
Transportes	(36)	(55)
	<u>(5.447)</u>	<u>(6.443)</u>

24 Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	8.164	5.853
Descontos obtidos	7	12
Juros, multas e atualizações	6	157
Subtotal	<u>8.177</u>	<u>6.022</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(136.528)	(120.191)
IOF	(69)	(74)
Juros, multas e atualizações	(1.993)	(2.314)
Outras despesas financeiras	(246)	(140)
Subtotal	<u>(138.836)</u>	<u>(122.719)</u>
	(130.659)	(116.697)

25 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía como partes relacionadas administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (UTNF), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE); a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS).

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da Companhia Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A..

Controladores

	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETRONORTE						
Venda de energia elétrica (i)	436	-	4.835	398	-	4.621
EUST (ii)	-	366	(3.602)	-	414	(3.647)
	436	366	1.233	398	414	974
CHESF						
Venda de energia elétrica (i)	436	-	4.835	398	-	4.621
EUST (ii)	-	467	(5.629)	-	657	(5.608)
	436	467	(794)	398	657	(987)
UTNF (iii)						
Serviços	-	-	-	-	-	(65)
Materiais	-	-	-	-	-	(141)
	-	-	-	-	-	(206)
EDF SERVIÇOS (iii)						
Serviços	-	1.724	(13.581)	-	1.649	(6.666)
	-	1.724	(13.581)	-	1.649	(6.666)
TOTAL	872	2.557	(13.142)	796	2.720	(6.885)

- (i) Energia elétrica vendida no ACL, com vencimento no oitavo dia útil do mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 7(ii).
- (ii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, com vencimentos nos dias 20 e 30 do mês subsequente e dia 15 do segundo mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 7(ii).
- (iii) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas, com vencimento trimestral e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota explicativa nº 7(ii).

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal é aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2021.

	2021	2020
Remuneração da diretoria (i)	(933)	(961)
Encargos trabalhistas e sociais dos diretores(ii)	(592)	(608)
Benefícios dos diretores (iii)	(329)	(332)
Remuneração dos Conselheiros (iv)	(255)	(255)
	<u>(2.109)</u>	<u>(2.156)</u>

- (i) Composta por ordenados e salários.
 (ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
 (iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, seguros entre outros.
 (iv) Composta por ordenados e salários.

26 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Fornecedores”, “Fundos vinculados” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

	Nota	Nível	2021	2020
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo				
Caixa e títulos e valores mobiliários	6	2	121.792	169.801
Contas a receber	7	-	37.869	34.998
Fundos vinculados	9	2	87.341	77.373
			<u>247.002</u>	<u>282.172</u>
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo				
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes	13 e 16		93.506	86.256
Empréstimos e financiamentos	14		1.117.858	1.138.514
Debêntures	15		288.104	262.194
			<u>1.499.468</u>	<u>1.486.964</u>

Em 31 de dezembro de 2021, os encargos setoriais mencionados neste demonstrativo representam R\$ 4.976 (R\$ 2.608 em 31 de dezembro de 2020).

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além

de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	2021	2020
Financiamentos, empréstimos e debêntures	14 e 15	1.405.962	1.400.708
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6	(121.792)	(169.801)
Dívida líquida		1.284.170	1.230.907
Patrimônio líquido		1.437.055	1.579.720
Total do capital		2.721.226	2.810.627
Índice de alavancagem financeira		47,2%	43,8%

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações:

- (i) as aplicações de renda fixa e baixo risco, no Banco do Brasil, remunerada a 96% do CDI (Nota Explicativa nº 6); e
- (ii) as aplicações em fundos de investimentos no Bradesco, em contas vinculadas permitidas pelo BNDES. (Nota Explicativa nº 9).

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 6).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 6).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 72% (75% em 31 de dezembro de 2020) de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES,

estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a..
- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a..
- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de degradação do Índice de Disponibilidade e Risco Hidrológico

A Companhia está exposta ao risco de degradação do Índice de Disponibilidade (ID) e conseqüentemente no Fator de Disponibilidade (FID) relacionado a possíveis pelo motivo de paradas de suas Unidades Geradoras (UG1) e (UG2). Adicionalmente, as variações hidrológicas ocorridas no país, também impactam diretamente o Fator de Ajuste GSFMRE, refletindo na contabilização mensal efetuada pela CCEE.

Ambos os fatores, compõem os cálculos de exposição da Companhia, e em casos de não atendimento dos contratos já formalizados de venda no ACR e ACL, se faz necessária a compra de energia pelo PLD na liquidação financeira calculada pela CCEE ou a compra de energia convencional no mercado.

A área técnica, juntamente com o Comitê de Comercialização, o qual conta com representantes das acionistas está constantemente avaliando e atuando para identificar as melhores oportunidades de operações de compras favoráveis a Companhia.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES e seus debenturistas estão evidenciados nas Notas Explicativas nº 14 e 15, respectivamente.

A Companhia administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Companhia vem honrando todos os seus compromissos assumidos e com expectativa de honrar todos os seus futuros compromissos.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensados.

2021								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		95.277	95.277	33.232	9.104	14.810	31.458	6.673
Empréstimos e financiamentos	14	1.117.858	2.033.652	-	19.467	129.947	259.895	1.624.343
Debêntures	15	288.104	545.700	19.135	11.740	36.052	88.515	390.258
		<u>1.501.239</u>	<u>2.674.629</u>	<u>52.367</u>	<u>40.311</u>	<u>180.809</u>	<u>379.868</u>	<u>2.021.274</u>
2020								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		86.256	86.256	36.125	5.362	10.968	17.826	15.975
Empréstimos e financiamentos	14	1.138.514	2.031.625	58.047	58.047	232.185	348.278	1.335.068
Debêntures	15	262.194	528.433	13.104	10.864	62.029	81.797	360.639
		<u>1.486.964</u>	<u>2.646.314</u>	<u>107.276</u>	<u>74.273</u>	<u>305.182</u>	<u>447.901</u>	<u>1.711.682</u>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possa ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI, TJLP e IPCA divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foram calculadas as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2021. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Cenário I <i>Provável</i>	Risco na apreciação		Risco na depreciação	
		Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
R\$ 77.179					
		<i>Carteira de fundos</i>		<i>Carteira de fundos</i>	
	77.179	81.308	82.134	74.702	75.528
Receita financeira projetada	3.303	4.129	4.955	2.477	1.659
Taxa de juros	4,28%	5,35%	6,42%	3,21%	2,14%
Variação - R\$		826	1.652	(826)	(1.652)
Aplicações CDI (ii)					
R\$ 121.222					
		<i>Aumento do CDI</i>		<i>Redução do CDI</i>	
	121.222	133.936	136.479	113.594	116.136
Receita financeira projetada	10.171	12.714	15.257	7.628	5.086
Taxa de juros	8,39%	10,49%	12,59%	6,29%	4,20%
Variação - R\$		2.543	5.086	(2.543)	(5.086)
Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
R\$ 1.135.942					
		<i>Aumento da TJLP</i>		<i>Redução da TJLP</i>	
	1.135.942	1.216.523	1.232.639	1.087.594	1.103.710
Despesa financeira projetada	64.465	80.581	96.697	48.349	32.232
Taxa de juros	5,68%	7,09%	8,51%	4,26%	2,84%
Variação - R\$		16.116	32.232	(16.116)	(32.232)
Debêntures (b)					
R\$ 297.291					
		<i>Aumento do IPCA</i>		<i>Redução do IPCA</i>	
	297.291	324.976	330.514	280.680	286.217
Despesa financeira projetada	22.148	27.685	33.222	16.611	11.074
Taxa de juros	7,45%	9,31%	11,18%	5,59%	3,73%
Variação - R\$		5.537	11.074	(5.537)	(11.074)
(i) Fundos de investimentos					
Aplicação em carteira de fundos				77.719	
Conta centralizadora				10.162	
Total dos fundos vinculados - Nota Explicativa nº 9				87.341	
(ii) Aplicações CDI					
Aplicação em CDI				121.222	
Aplicação automática em fundos BB				256	
Total das aplicações no Banco do Brasil - Nota Explicativa nº 6				121.478	
Composição dos saldos		BNDES (a)		Debêntures (b)	
Nota Explicativa		14		15	
Saldo da dívida		1.117.858		288.104	
Custo incremental		(18.084)		(9.187)	
		1.135.942		297.291	
Premissas (média entre 2020 e 2021)					
Carteira de fundos - Ativos		a.a.		4,28%	
CDI - Ativos		a.a.		8,74%	
TJLP - Passivos		a.a.		5,68%	
IPCA - Passivos		a.a.		7,45%	

27 Cobertura de seguros e depósitos caucionados

Seguradora	Apólice	Objeto	Vigente até	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Observação
Liberty Seguros	7697000457	Venda de energia elétrica	15/02/2022	804	Contratado pela CHESF
Allianz Seguros S.A.	5177-2021-711800-18283	Seguro empresarial - Sede administrativa	16/03/2022	2.200	-
Allianz Seguros S.A.	517720211X100000108	Directors and Officers Liability Insurance (D&O)	01/04/2022	5.600	-
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros Axa Corporate Solutions Seguros S.A.	962-002234-00305 03.51.1.003364	Seguro empresarial - Rep. Coqueiros Responsabilidade civil	06/05/2022 30/06/2022	600 63.816	- Contratado pela EDF
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	04669-2020-10010- 77500-15761	Seguro garantia para a ação de ISSQN da prefeitura de Cláudia	21/08/2022	40.223	-
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	04669-2020-10010- 77500-16055	Seguro garantia para a ação de ISSQN da prefeitura de Itaúba	04/09/2022	11.719	-
XL Seguros Brasil S.A.	01.96.1.001169	Riscos operacionais	31/12/2022	3.105.771	-
XL Seguros Brasil S.A.	02852-2021-0031-0351- 0005991	Responsabilidade civil	31/12/2022	100.000	-
Chubb Seguros Brasil S.A.	17.71.0730463.12	Seguro terrorismo	31/12/2022	957.016	-
Pottencial Seguradora S.A.	03069-2021-990776- 0030264-000	Seguro garantia contratual	31/12/2022	1.777	Contratado pela Intertechne (projetista da UHE SINOP)

Depósito caução					
Banco	Agência / Conta	Objeto	Data da abertura	Valor	Observação
Caixa	2403 / 473-5	Venda de energia elétrica	01/02/2019	776	Garantia efetuada pela Eletronorte

28 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui o montante de R\$ 248.363 de compromissos assumidos.

Compromissos	2021	2020
Aquisição de energia elétrica (i)	160.529	29.373
Operação e manutenção da usina	39.902	42.519
Plano Básico Ambiental	31.495	23.050
Obras da barragem/reservatório	6.900	12.774
Outros	4.548	5.869
Assessorias, consultorias e auditorias	4.569	7.404
Supressão vegetal	420	420
Total	248.363	121.409

(i) A Companhia têm compromissos de compra de energia previstos entre janeiro de 2022 até o dezembro de 2025, no montante de 666.240 MWh, pelo motivos de (a) Degradação do Fator de Disponibilidade (FID), devido as paradas de máquinas ocorridas em 2020; e (b) Redução do valor do GSF, devido às variações/restrições hidrológicas do país.

29 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	2021	2020
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 11)	50.154	79.206
(-) Aquisições que não tiveram efeito caixa	<u>(25.984)</u>	<u>(19.131)</u>
Total dos pagamentos para aquisição de bens	<u>24.170</u>	<u>60.075</u>

* * *

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor presidente

Vera Lúcia Rett Carreira
Diretora administrativa e financeira e
Diretora de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador – CRC MT 005078-0/9